

Resultados Ambientais nas Políticas Públicas

M.^a Helena Guimarães, Isabel Ferraz de Oliveira, Teresa Pinto Correia, Maria de Belém Costa Freitas, Denis Medina, Gonçalo Jacinto, Maria Coelho, André Oliveira, Marlene Santiago, João Abreu, Rui Machado, Rui Guerreiro.

MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento e Laboratório Associado CHANGE - Instituto para as Alterações Globais e Sustentabilidade; Centro de Investigação em Matemática e Aplicações, Instituto de Estudos Avançados e Investigação, Universidade de Évora, 7000-671 Évora, Portugal; Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Algarve, 8005-139 Faro, Portugal

Sumário executivo

O sistema silvopastoril do Montado em Portugal — que cobre 1 milhão de hectares e fornece serviços de ecossistema essenciais — encontra-se em declínio a longo prazo, perdendo cerca de 2 500 ha/ano. As medidas agroambientais da Política Agrícola Comum (PAC) continuam a focar-se em práticas prescritas, gerando uma elevada carga administrativa e um impacto ambiental limitado. Para inverter esta degradação, as políticas devem recompensar resultados ambientais mensuráveis, e não apenas o cumprimento de compromissos obrigatórios.

Resultados Principais

Os Modelos Baseados em Resultados (MBR) funcionam, mas lacunas de governação comprometem o seu desempenho. O ciclo anual de financiamento e a aprovação tardia dos orçamentos geram longos períodos sem capacidade operacional, interrompendo a formação, as avaliações de campo e o apoio aos agricultores.

Os Gabinetes de Apoio Local desempenham um papel fundamental, mas a atribuição de funções tem de ser repensada. A avaliação dos indicadores visuais e o contacto direto com os beneficiários revelam entraves significativos e evidenciam a necessidade de redefinir as funções atribuídas a cada entidade envolvida.

O envolvimento dos agricultores permanece reduzido. Embora a procura de adesão seja elevada, apenas cerca de 20% demonstram uma gestão ativa e informada; a participação nas ações de formação é inferior a 20%. A formação obrigatória pode aumentar a confiança e a compreensão dos MBR.

A pontuação é robusta e alguns ajustamentos podem melhorar o sistema de monitorização. O sistema de pontuação baseado na moda revela-se resiliente. Os indicadores visuais do solo apresentam um bom desempenho e no futuro podem ser melhorados através da ponderação do tipo de solo.

Persistem barreiras ao investimento. Os pagamentos acima da pontuação 5 cobrem os custos operacionais, mas não suportam investimentos essenciais de longo prazo (regeneração de árvores, melhoria do solo, vedações). Um apoio específico ao investimento deve ser acoplado à medida e disponibilizado aos beneficiários de forma expedita.

Os critérios de elegibilidade excluem as áreas que mais precisam. Os Montados degradados não cumprem os limiares mínimos para entrar na medida, bloqueando a recuperação precisamente onde ela pode ser mais urgente.

Recomendações principais

- 1. Reforçar a governação:** criar uma pequena unidade técnica independente (3–4 avaliadores) para realizar todas as avaliações de campo e garantir financiamento para todo o período de vigência para os Gabinetes Locais de Acompanhamento. A centralização de funções específicas pode melhorar a transparência, a uniformização e a equidade.
- 2. Aumentar o envolvimento dos beneficiários:** tornar a formação obrigatória, expandir as sessões práticas e a mentoria, e centralizar o apoio técnico aos beneficiários.
- 3. Melhorar a estrutura de pagamentos:** combinar pagamentos baseados em resultados com apoios específicos ao investimento e criar um pagamento base ou uma via paralela para as áreas degradadas (com pontuação inferior a 5).
- 4. Reforçar a coerência das políticas:** alinhar a definição administrativa das subparcelas com a gestão ao nível das cercas (unidade de gestão reais), incluir as áreas dominadas por matos típicas dos sistemas extensivos e assegurar que os MBR estão alinhados com a Lei de Restauro da Natureza
- 5. Consolidar os Modelos Baseados em Resultados na próxima revisão da PAC:** o projeto-piloto demonstra que os MBR geram transparência, resultados mensuráveis e uma forte legitimidade social — características cada vez mais exigidas ao abrigo da Lei de Restauro da Natureza

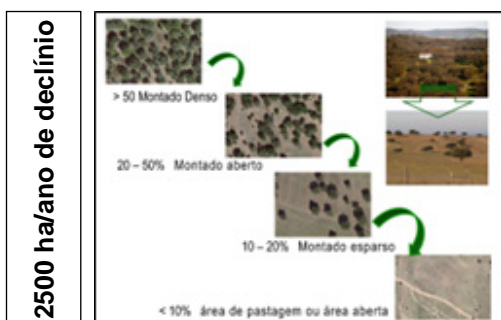
Introdução e enquadramento do problema

O desafio nas políticas públicas

A PAC é um dos instrumentos de política mais influentes da Europa, moldando 76% do território europeu através da agricultura e da silvicultura.

O Pilar II da PAC inclui as medidas agroambientais. Tradicionalmente, estas medidas remuneram práticas e não resultados, apresentando provas limitadas de eficácia, elevada carga burocrática e fraca responsabilização.

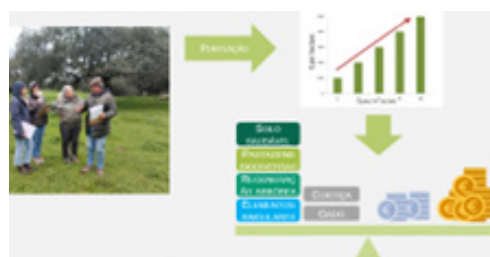
Em Portugal, o sistema silvopastoril do Montado é um património cultural, económico e ecológico, ocupando 1 milhão de hectares no Sul do país. Contudo, encontra-se em acentuado declínio, perdendo cerca de 2 500 hectares por ano. As políticas anteriores não conseguiram travar esta tendência. O declínio do Montado é um processo lento, mas cumulativo: a mortalidade das árvores adultas aumenta e as árvores jovens não conseguem estabelecer-se devido à falta de proteção adequada, criando um défice de regeneração a longo prazo.



Uma mudança de paradigma: Modelos Baseados em Resultados

Os MBR associam diretamente os pagamentos aos resultados ambientais, avaliados anualmente através de indicadores visuais previamente acordados. Neste regime, os agricultores ganham flexibilidade para decidir como gerir as parcelas. O aconselhamento técnico é fundamental para apoiar as suas decisões.

O dinheiro público fica associado a melhorias verificadas, garantindo maior eficiência, transparência e oportunidades de inovação.



O primeiro piloto de MBR em Portugal: Intervenção D2.2 – Gestão do Montado por Resultados

Lançado em 2023 no âmbito do Plano Estratégico da PAC (PEPAC), esta intervenção abrange duas áreas da Rede Natura 2000: Monfurado e Vale do Guadiana. Centra-se em quatro resultados ambientais:

- **solo saudável**
- **regeneração arbórea**
- **pastagens biodiversas**
- **elementos singulares da paisagem**

Para medir estes resultados ambientais, foram definidos e monitorizados anualmente 10 indicadores visuais:

A1 Grau de cobertura do solo por *Rumex bucephalophorus* e *Chamaemelum mixtum*

A2 Extensão de solo descoberto

B1 Densidade de regeneração arbórea no estado de arbusto

B2 Estado de conservação da regeneração

C1 Existência de equilíbrio herbáceo na pastagem

C2 Grau de cobertura de cardos

C3 Grau de cobertura de matos

D1 Diversidade de elementos singulares

D2 Representatividade de elementos singulares

D3 Estado de conservação dos elementos singulares

Cada parcela (20–50 ha) é pontuada numa escala de 1 a 10. Os pagamentos começam na pontuação 5 e aumentam com resultados mais elevados. Para apoiar a implementação, foram criados os Gabinetes Locais de Acompanhamento (GLA), coordenados pela Universidade de Évora/MED em conjunto com as associações de produtores. As associações são responsáveis por:

- Assinar contratos de assistência técnica com os beneficiários
- Recolher e organizar a documentação da exploração (registos, shapefiles, plantas de parcela)
- Realizar visitas de campo para avaliar os indicadores visuais das subparcelas (inicialmente supervisionadas pelo MED e posteriormente de forma autónoma)

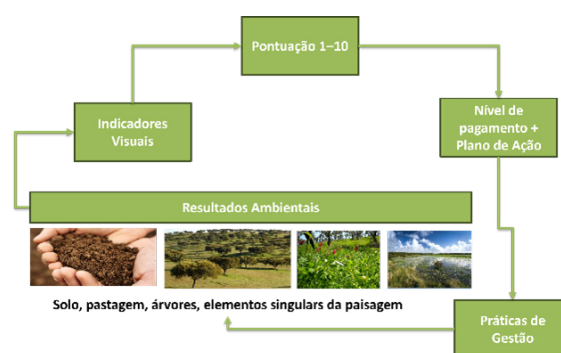
• Inserir os dados recolhidos nas plataformas digitais da medida

• Apoiar os beneficiários na elaboração dos planos de ação, em coordenação com a equipa de liderança

• Prestar aconselhamento técnico local (presencial e telefónico)

• Mobilizar os agricultores para participar na medida e nas atividades de formação

• Disseminar informação sobre a intervenção e os seus resultados no seio da comunidade agrícola



• Relevância atual

Após três anos de teste, é momento de avaliar os resultados alcançados, os desafios identificados e os possíveis ajustamentos antes do final do atual período da PAC.

As lições deste piloto são relevantes para:

- A expansão do MBR, passando do piloto para áreas de Montado mais amplas
- Outros sistemas agrícolas onde os MBR estão a ser desenvolvidos
- A implementação da Lei do Restauro da Natureza, que exige recuperação mensurável dos ecossistemas
- Refletir sobre 30 anos de PAC em Portugal — passando de uma lógica de cumprimento para uma lógica de desempenho ambiental

Análise / Principais Resultados e as Suas Implicações para a Política Pública

Metodologia em Resumo

Utilização de métodos mistos: observação participante contínua, inquéritos, análise estatística

das campanhas de campo de 2024–2025 (com extensão prevista até 2027) e meta-monitorização (incluindo amostragem de solos). Para validar e aperfeiçoar as recomendações preliminares

inares, foram realizados dois workshops em setembro de 2025: um presencial (12 de setembro) e um online (30 de setembro). Estas sessões envolveram uma vasta diversidade de atores, incluindo associações de produtores, acadêmicos e administração pública. As recomendações finais aqui apresentadas refletem o contributo e as prioridades expressas nesses workshops.

Principais Resultados

Governança e Capacidade de Implementação

1) *Desajuste de funções: associações versus as exigências de um modelo baseado em resultados*

Evidências

- Necessidades elevadas de coordenação, com reuniões frequentes para clarificar funções e calendarizações
- Estrangulamentos operacionais: visitas de campo tardias, experiência limitada em observação direta, atrasos na introdução de dados
- Picos de carga de trabalho: o período de candidaturas ao pagamento único coincide com a época em que devem ser avaliados os indicadores ambientais
- A análise estatística mostra que os técnicos das associações atribuem, de forma consistente, pontuações mais elevadas aos indicadores do que a equipa técnica da Universidade. As próprias associações reconhecem a dificuldade em manter total imparcialidade devido às relações de longa data com os produtores

Implicações

As associações não foram criadas para desempenhar funções de avaliação técnica, o que explica as dificuldades observadas.

Separar funções: permitir que as associações de produtores se foquem naquilo que é a sua mais-valia — o apoio administrativo — enquanto as avaliações de campo são concentradas numa equipa técnica dedicada. Esta mudança melhoraria a consistência, a previsibilidade e a qualidade dos dados.

2) *O financiamento intermitente fragiliza os GLA e reduz a capacidade de planeamento.*

Evidências

- Os avisos anuais, elevada burocracia, a validação lenta das despesas e os atrasos nos

pagamentos geram instabilidade de recursos.

- A dependência de concursos anuais é incompatível com monitorização inerente.

Implicações

Adotar uma lógica de orçamentação a 5 anos e regras simplificadas para os GLA, de forma a garantir continuidade e reduzir os custos de transação. O orçamento desta medida deve ficar sob a tutela da Agência para o Planeamento e Políticas (PlanAPP), que também decidiu sobre a implementação do piloto.

Envolvimento e Aprendizagem dos Agricultores

3) *Elevada procura inicial, baixo envolvimento ativo*

Evidências

- **Candidaturas:** 308 beneficiários / 36 764 ha; em compromisso: 173 beneficiários / 6 500 ha.
- **Participação:** ~10% (candidatos) e 20% (em compromisso) nas sessões de informação/formação.
- **Perfil:** ~20% demonstram gestão ativa; ~80% aderem principalmente por motivos financeiros.

Implicações

A formação aumenta não só o conhecimento, mas a confiança no modelo. Os pagamentos baseados em resultados geram um forte interesse, mas, por si só, têm-se revelado insuficientes para alterar as práticas de gestão. Uma mudança duradoura exige formação obrigatória, desenvolvimento contínuo de capacidades, garantia de longo prazo dos mecanismos financeiros baseados em resultados e um apoio técnico próximo, que reforcem a confiança e as competências dos agricultores.

Centralizar todos os contactos com os beneficiários num gabinete técnico totalmente dedicado, garantindo maior eficiência, consistência na comunicação e qualidade uniforme no apoio prestado.

Numa estrutura centralizada e autónoma, envolver as associações de produtores como parceiros essenciais para garantir uma comunicação rápida e direta com os beneficiários, mantendo o seu papel de intermediários de confiança no território.

4) *A formação altera percepções e reduz a incerteza*

Evidências (pre → pos formação)

- **Percepção da adequação dos resultados:** aumentou de 55% para 90%, enquanto a incerteza diminuiu de 45% para 10%.
- **Percepção da adequação dos indicadores:** aumentou de 66% para 90%, enquanto a incerteza diminuiu de 31% para 10%.

Implicações

Tornar a formação obrigatória; reforçar as sessões práticas de campo e a mentoria entre pares para acelerar a adoção e melhorar a qualidade da gestão. Estas oportunidades devem também ser abertas a agricultores fora da intervenção.

Indicadores, Pontuação e Robustez

5) *A variabilidade ambiental não afeta a pontuação final*

Evidências

- Verificam-se diferenças significativas entre anos e entre meses/precipitação em alguns indicadores (A1, B1, C1), mas sem efeito significativo na pontuação final utilizada para o pagamento.

Implicações

O método de pontuação (moda com regra de precaução) é robusto face à variação sazonal/ambiental — fiável para efeitos de pagamento.

Concentrar as avaliações de campo em semanas/meses consecutivos, mesmo que com inícios diferentes nas duas áreas de intervenção. Isto garante um processo equitativo entre beneficiários, em que as variações sazonais afetam todas as avaliações da mesma forma.

6) *Equilibrar Resultados e Práticas em Indicadores de Resposta Lenta*

Evidências

- Alguns indicadores, como a regeneração arbórea, têm uma resposta lenta e são difíceis de captar nos curtos ciclos de monitorização da intervenção atual.
- Os agricultores enfrentam custos iniciais elevados e riscos significativos quando investem na regeneração de árvores, sobretudo em áreas degradadas.

Implicações

Introduzir regimes de apoio híbridos (resultados + práticas) para indicadores de resposta lenta, como a regeneração arbórea. Isto pode assumir a forma de um compromisso adicional e opcional dentro da Intervenção D2.2, no qual os beneficiários se comprometem a manter as parcelas de Montado com protetores individuais de árvores durante toda a duração do compromisso.

7) *O método de pontuação importa: a média inflaciona, a moda estabiliza*

Evidências

- Média vs. moda: a média produz pontuações significativamente mais elevadas ($p < 0,001$); a moda garante estabilidade e robustez

Implicações

Manter a moda como base para o pagamento, de forma a salvaguardar a equidade.

8) *A experiência/independência do avaliador influencia os pagamentos*

Evidências

- $MED < Associações$ em A1, A2, C2, C3 e na pontuação final (as associações tendem a atribuir pontuações mais elevadas; $p \leq 0,008$).
- Isto afeta diretamente as pontuações e os pagamentos.

Implicações

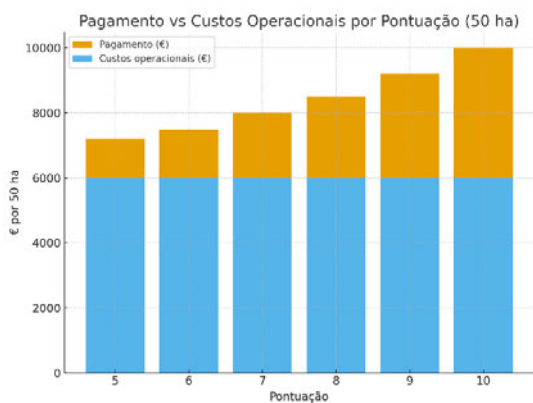
Mitigar enviesamentos: utilizar uma pequena equipa de avaliação especializada e independente (3–4 avaliadores), com formação padronizada e sem ligações prévias aos beneficiários.

Estrutura de Pagamentos e Inclusão

9) *A partir da pontuação 5, os pagamentos cobrem os custos operacionais, mas os investimentos continuam a ser uma barreira*

Evidências

- Para 50 ha, o valor pagamento – custo operacional aumenta de 1 150 € (pontuação 5) para 4 040 € (pontuação 10); ao longo de 5 anos: 5 750 € → 20 200 €.



- As necessidades de investimento (correção do solo, pontos de água, vedações, proteção de árvores, remoção de invasoras) não são cobertas pelos pagamentos por hectare — sendo especialmente difíceis de suportar para as explorações de menor dimensão.

Implicações

Complementar os pagamentos baseados em resultados com apoios ao investimento rápidos e previsíveis, de forma a garantir o fluxo de caixa necessário à transição.

10) As regras de elegibilidade excluem as áreas mais degradadas

Evidências

- Os limiares mínimos de árvores/coberto arbóreo excluem os Montados degradados — precisamente onde a intervenção é mais necessária.

Implicações

Introduzir um apoio base (para pontuações < 5) ou uma via paralela/outro regime específico para áreas degradadas, de forma a permitir a sua entrada em trajetórias de recuperação.

11) Unidade administrativa ≠ unidade de gestão

Evidências

- A parcela administrativa pode não corresponder à cerca utilizado na gestão prática; compromissos mistos criam incoerências e excluem áreas críticas (por exemplo, clareiras sem regeneração).

Implicações

Alinhar o registo de parcelas (iSIP) com a lógica da cerca: permitir a integração de unidades adjacentes e assegurar a estabilidade plurianual das áreas, de modo a garantir uma monitorização consistente.

Assegurar a estabilidade das áreas de intervenção, evitando alterações anuais das parcelas.

12) Os indicadores visuais do solo são robustos e podem tornar-se mais precisos quando ajustados ao tipo de solo.

Evidências

- A análise conjunta dos indicadores visuais A1 e A2 com as propriedades químicas do solo revela relações consistentes:
 - A1 está positivamente associado à matéria orgânica do solo e ao cálcio, e negativamente ao fósforo e ao manganês.
 - A2 está positivamente associado ao pH e à matéria orgânica do solo.
- Os solos metamórficos (gnaisses) apresentam padrões distintos — são mais ácidos, mais pobres em nutrientes e mais propensos à dominância de Rumex/Margaça — o que influencia a classificação dos indicadores.

Implicações

Ajustar os indicadores visuais aos diferentes contextos edáficos, seja através de ponderações diferenciadas na fórmula de pontuação, seja adaptando a interpretação de cada indicador ao tipo de solo (granítico vs. metamórfico).

Garantir financiamento contínuo da monitorização até ao final do PEPAC, de forma a consolidar as relações entre os indicadores visuais e o estado ecológico do Montado.

No próximo ciclo da PAC, exigir uma caracterização de base do solo para cada área de compromisso, assegurando comparabilidade,

precisão na pontuação e equidade nos pagamentos baseados em resultados.

Limitações e Investigação Futura

- **Janela temporal curta (2024–2025):** as tendências são promissoras, mas a confirmação requer com dados de **2026–2027**.

Os resultados apresentados baseiam-se nos primeiros três anos de implementação (2023–2025). Dada a complexidade dos processos ecológicos no Montado, é necessária uma monitorização de mais longo prazo (até 2027)

Alternativas de Política Pública

1. Governação e Implementação

Opção A: Avaliação técnica centralizada (equipa independente)

- *Vantagens:* reduz enviesamentos; aumenta a consistência e a credibilidade; facilita a harmonização do calendário de avaliações entre regiões.
- *Desvantagens:* pode reduzir a proximidade aos beneficiários no curto prazo.

Opção B: Avaliação descentralizada (associações de produtores, modelo atual)

- *Vantagens:* forte presença local; recorre a equipas já existentes.
- *Desvantagens:* evidência de enviesamentos e pontuações inconsistentes; sobrecarga administrativa durante o período de candidaturas; fraca especialização técnica em observação de campo.

2. Envolvimento dos Agricultores

Opção A: Participação voluntária na formação (modelo atual)

- *Vantagens:* flexível e atrativa para os agricultores; menor carga administrativa imediata.
- *Desvantagens:* resultados mostram baixa participação (10–20%); 80% dos participantes motivados principalmente pelo apoio financeiro; ligação fraca entre financiamento e gestão ativa.

para confirmar a consistência dos resultados. As melhorias observadas a curto prazo são encorajadoras, mas é necessária cautela na sua extrapolação.

- Os dados sobre práticas de gestão ainda são insuficientes para estabelecer relações causais robustas — está em curso a ampliação da base de dados.
- É necessária uma análise integrada de custos–benefícios (pagamentos + investimento + custos de transação/oportunidade) para diferentes tipos de exploração.

Opção B: Formação obrigatória e reforço da aprendizagem entre pares

- *Vantagens:* o reforço de capacidades aumenta comprovadamente a confiança (perceções melhoraram de 55% para 90%); visitas práticas e mentoria podem promover gestão ativa.
- *Desvantagens:* possível resistência por parte de alguns agricultores.

3. Estrutura de Pagamentos

Opção A: Pagamentos apenas para áreas acima da pontuação limiar 5 (modelo atual)

- *Vantagens:* ligação clara entre desempenho ambiental e financiamento.
- *Desvantagens:* exclui áreas degradadas; não apoia investimentos de longo prazo; incentivo insuficiente para indicadores de resposta lenta (ex.: regeneração arbórea).

Opção B: Regimes híbridos (resultados + práticas)

- *Vantagens:* apoia investimentos de longo prazo e processos ecológicos lentos; incentiva a adoção.
- *Desvantagens:* mais complexo de gerir; exige coordenação com os fundos que apoio investimento não produtivos.

Recomendações de Política Pública

1. Reforçar a Governança

- Criar uma unidade técnica nacional (3–4 avaliadores independentes) responsável por todas as avaliações de indicadores, garantindo consistência e evitando conflitos de interesse.
- Estabilizar o financiamento, passando de avisos anuais para um modelo plurianual e previsível, reduzindo a incerteza e a carga administrativa.

2. Aumentar o Envolvimento dos Agricultores

- Tornar obrigatórias as sessões de formação, assegurando um nível mínimo de conhecimento técnico.
- Criar programas de mentoria que liguem gestores experientes e ativos a participantes mais passivos.
- Promover demonstrações práticas em exploração para evidenciar benefícios concretos da gestão ativa.
- Garantir aconselhamento técnico universal e de qualidade.

3. Melhorar a Estrutura de Pagamentos

- Introduzir um pagamento base para áreas

degradadas (pontuações abaixo de 5) como incentivo à recuperação, ou conceber uma medida específica para Montado de baixa densidade.

- Garantir ajustamentos dinâmicos dos limites e dos pagamentos com base nos dados de monitorização.
- Articular os pagamentos baseados em resultados com apoios ao investimento (plantação de árvores, vedações, correção do solo) através de um mecanismo rápido, semelhante ao Burren Programme.

4. Reforçar a Coerência das Políticas

- Adaptar as ferramentas administrativas da PAC (subparcela vs. cercas) às unidades reais de gestão das explorações, permitindo integrar elementos singulares da paisagem e manchas degradadas
- Adotar critérios de elegibilidade que incluam áreas com mato características dos sistemas pastorais extensivos mediterrânicos.
- Alinhar os MBR com a Lei de Restauro da Natureza, utilizando indicadores e sistemas de monitorização comuns, de forma a ampliar as aprendizagens para além do Montado.

Conclusões

- ▶ **Pagar por resultados funciona:** o sistema de pontuação é robusto, liga os fundos públicos a melhorias verificadas e motiva — quando acompanhado por capacitação técnica.
- ▶ **A organização é determinante:** a avaliação técnica independente, combinada com o apoio administrativo das associações, aumenta a credibilidade, a consistência e a equidade
- ▶ **Não há transição sem investimento:** combinar pagamentos por hectare com apoios rápidos ao investimento desbloqueia a adoção, especialmente para quem parte de pontuações mais baixas.

- ▶ **Incluir para restaurar:** criar vias de entrada para áreas degradadas e alinhar o registo de parcelas com os paddocks maximiza o impacto ambiental e a coerência das políticas.

A Intervenção Montado por Resultados (D2.2) é um esforço pioneiro em Portugal, marcando uma transição de medidas baseadas em práticas para esquemas orientados para resultados ambientais. Após três anos de implementação, as evidências revelam simultaneamente potencial e desafios. Por um lado, os pagamentos associados a resultados mensuráveis são atrativos para os agricultores e alinham-se com as exigências da União Europeia em termos de re-

sponsabilização e eficiência. Por outro lado, fragilidades na governação, limitado envolvimento dos agricultores e lacunas na estrutura de pagamentos podem comprometer o potencial da medida.

A análise evidencia três lições principais:

- A governação é crucial – a avaliação descentralizada através das associações de produtores gerou inconsistências e conflitos de interesse; equipas técnicas independentes e centralizadas são essenciais para garantir credibilidade e equidade.
- A capacitação é determinante – embora a maioria dos agricultores adira sobretudo por razões financeiras, a formação aumenta claramente a confiança, o conhecimento e a gestão ativa; formação obrigatória e prática, complementada por mentoria entre pares, pode acelerar a mudança.
- O desenho dos pagamentos deve ser inclusivo e realista – combinar pagamentos baseados em resultados com apoio base e fundos de investimento é mais equitativo e eficaz. O Montado degradado, onde a recuperação é mais necessária, deve ser incluído e não excluído.

Pós-PEPAC

Para além do atual período de programação da PAC, é crucial garantir a continuidade e expansão do modelo baseado em resultados testado no Montado. As evidências mostram que a intervenção atual é demasiado limitada na sua abrangência geográfica e exclui algumas das áreas onde a intervenção é mais urgente. Para assegurar resultados ambientais de longo prazo, a intervenção deve expandir-se às áreas degradadas: incluir Montados em estado avançado de declínio como zonas prioritárias de recuperação, em vez de os excluir através das regras de elegibilidade.

Seguindo em frente, a adoção destas alternativas e recomendações de política é essencial. Elas não só melhorarão a eficácia da PAC em Portugal, como também fornecerão um modelo testado para ampliar abordagens baseadas em resultados a outros sistemas agrícolas e para apoiar a implementação da Lei de Restauro da Natureza. Ao reforçar a governação, investir na capacitação dos agricultores e conceber pagamentos mais inclusivos, Portugal pode garantir que o financiamento público gera, efetivamente, resultados ambientais.

O Montado é o primeiro teste à capacidade de Portugal em alinhar financiamento público com resultados ambientais reais. A oportunidade existe — perder este momento comprometerá a próxima década de políticas agrícolas e de conservação.

Nota Técnica

Este trabalho recorreu ao ChatGPT (OpenAI) exclusivamente para apoio à revisão ortográfica e estilística, bem como para a criação de

imagens conceptuais não-fotográficas. Todo o conteúdo técnico, científico e interpretativo é da responsabilidade dos autores.

Referências

1. Batáry, P., Dicks, L. V., Kleijn, D., & Sutherland, W. J. (2015). The role of agri-environment schemes in conservation and environmental management. *Conservation Biology*, 29(4), 1006–1016. <https://doi.org/10.1111/cobi.12536>
2. Burton, R. J. F., & Schwarz, G. (2013). Result-oriented agri-environment schemes in Europe and their potential for promoting behavioural change. *Land Use Policy*, 30(1), 628–641. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.05.002>
3. Despacho n.º 2847-D/2023, de 01 de março. Cria os gabinetes locais de acompanhamento previstos nas intervenções «D.2.2 - Gestão do montado por resultados» e «D.2.3 - Gestão integrada em zonas críticas» do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).
4. Engel, S., Pagiola, S., & Wunder, S. (2008). Designing payments for environmental services in theory and practice: An overview of the issues. *Ecological Economics*, 65(4), 663–674. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.03.011>
5. EU CAP Network. (2024). Assessment of results-based

- interventions. European Evaluation Helpdesk for the CAP. Disponível em https://eu-cap-network.ec.europa.eu/publications/assessment-results-based-interventions_en
6. Ferraz-de-Oliveira, M. I., Guimarães, M. H., & Pinto-Correia, T. (2019). The Montado case study: Co-construction of locally led innovative solutions. In *La Cañada – Network for High Nature Value Farming* (pp. 28–33). European Forum on Nature Conservation and Pastoralism.
 7. Guimarães, M. H., Pinto-Correia, T., Belem, M., Ferraz-de-Oliveira, I., et al. (2023). Farming for nature in the Montado: the application of ecosystem services in a results-based model. *Ecosystem Services*, 61, 10152.
 8. Hagemann, N., Gerling, C., Hölting, L., Kernecker, M., Markova-Nenova, N. N., Wätzold, F., Wendler, J., & Cord, A. F. (2025). Improving result-based schemes for nature conservation in agricultural landscapes—challenges and best practices from selected European countries. *Regional Environmental Change*, 25, 12. <https://doi.org/10.1007/s10113-024-02324-2>
 9. Herzon, I., Birge, T., Allen, B., Povellato, A., Vanni, F., Hart, K., Radley, G., Tucker, G., Keenleyside, C., Oppermann, R., Underwood, E., Poux, X., Beaufoy, G., & Pražan, J. (2018). Time to look for evidence: Results-based approach to biodiversity conservation on farmland in Europe. *Land Use Policy*, 71, 347–354. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.12.011>
 10. MED, Universidade de Évora. (2025). Montado por Resultados. <https://www.montadoporresultados.uevora.pt/>
 11. Moran, J., Byrne, D., Carlier, J., Dunford, B., Finn, J. A., Ó hUallacháin, D., & Sullivan, C. A. (2021). Management of high nature value farmland in the Republic of Ireland: 25 years evolving toward locally adapted results-orientated solutions and payments. *Ecology and Society*, 26(1), 20. <https://doi.org/10.5751/ES-12180-260120>
 12. O'Rourke, E., & Finn, J. A. (2020). Farming for nature: Result-based agri-environment schemes. Teagasc and National Parks and Wildlife Service (NPWS).
 13. Pe'er, G., Bonn, A., Bruelheide, H., Dieker, P., Eisenhauer, N., Feindt, P. H., . & Lakner, S. (2019). A greener path for the EU Common Agricultural Policy. *Science*, 365(6452), 449–451. <https://doi.org/10.1126/science.aax3146>
 14. Pinto-Correia, T., Ferraz-de-Oliveira, I., Guimarães, M., Sales-Baptista, E., Pinto-Cruz, C., Godinho, C., & Vieira Santos, R. (2022). Result-based payments as a tool to preserve the High Nature Value of complex silvo-pastoral systems: Progress toward farm-based indicators. *Ecology and Society*.
 15. Portaria n.º 54-A/2023, de 27 de fevereiro. Estabelece o regime de aplicação dos apoios aos programas de ação em áreas sensíveis, no que se refere à aplicação do domínio «D.2 - Programas de ação em áreas sensíveis» do eixo «D - Abordagem territorial integrada - Continente» do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal), no continente.
 16. Redeia. (s.d.). Pastoreo en Red. Redeia. <https://www.redeia.com/en/sustainability/communities/social-innovation/pastoreo-en-red>
 17. Ruas, S., Rotchés-Ribalta, R., Ó hUallacháin, D., Ahmed, K. D., Gormally, M., Stout, J. C., White, B., & Moran, J. (2021). Selecting appropriate plant indicator species for result-based agri-environment payments schemes. *Ecological Indicators*, 126, 107679. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107679>
 18. Spradley, J. P. (1980). Participant observation. New York, NY: Holt, Rinehart and Winston.



COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Guimarães, M. H., Oliveira, I. F., Vorreia, T. P., Freitas, M. B. C., Medina, D., Jacinto, G., Coelho, M., Oliveira, A., Santiago, M., Abreu, J., Machado, R., & Guerreiro, R. (2026). *Resultados Ambientais nas Políticas Públicas*. S4P-23 Policy Brief 5592/2023. PLANAPP - Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026



[Ciência para as Políticas Públicas](#)



[PLANAPP](#)



[Newsletter](#)



[PLANAPP](#)



[@planapp_](#)



[PLANAPP_podcasts](#)



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-24/22: Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Antecipar a “*Nature Restoration Law*”: indicadores de biodiversidade em agroambientes.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.